

**ESPORTE E LAZER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA  
PAIOL DE TELHA: REALIDADE, PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Larissa Michelle Lara  
Giuliano Gomes de Assis Pimentel  
Rogerio Massaroto de Oliveira  
Verônica Regina Muller  
Luiz Silva Santos  
Sônia Toyoshima Lima  
Aloysio Bischoff  
Silmara Nascimento  
Thaís Souza  
Talita Delfino  
Saulo Moreira  
Érica Lopes  
Luciana Santana

**RESUMO**

Esse texto apresenta o estudo realizado com uma comunidade quilombola no Paraná – Invernada Paiol de Telha – especificamente, com participantes da Companhia de Música e Dança Afro Kundun Balê, visando discutir, a partir das categorias esporte, lazer, políticas públicas, educação e cultura, como ela se organiza e se constitui como comunidade. A investigação é resultante de um amplo estudo desenvolvido junto aos quilombos no Estado e aponta para a inexistência de políticas públicas de esporte e lazer na comunidade, bem como para a necessidade de ações interventoras que possibilitem políticas efetivas para a valorização da cultura quilombola.

Palavras-chave: Esporte. Lazer. Políticas públicas.

**ABSTRACT**

The aim of this text is to present the study accomplished with quilombola community in Paraná Estate – Invernada Paiol de Telha – more specifically, with participants of the Company of Music and Dance Afro Kundun Balê, in the sense of to discuss, by the categories sport, leisure, public politics, education and culture, how her are organized and it is constituted as community. The investigation is part of a wide study developed with quilombos en the State and it appears for the inexistence of public politics of sport and leisure in the community, as well as actions intervenors' need that contribute with an effective politics to the valorization of the quilombola culture.

Key-words: Sport. Leisure. Public politics.

**RESUMEN**

Ese texto presenta el estudio realizado con una comunidad quilombola en el Estado del Paraná – Invernada Paiol de Telha – más específicamente, con los participantes de la Compañía de Música y Danza Afro Kundun Balê, en el sentido de discutir, a partir de las categorías deporte, ocio, políticas públicas, educación y cultura, como ella se

organiza e se constituye como comunidade. La investigación es parte de un amplio estudio desarrollado con el quilombos del Estado y apunta para la inexistencia de políticas públicas de deporte y ocio en la comunidad, así como para la necesidad de acciones interventoras que contribuyan con una política eficaz para la valorización de la cultura quilombola.

Palabras clave: Deporte. Ocio. Políticas públicas.

## 1 Introdução

O Grupo de Pesquisa Corpo Cultura e Ludicidade, do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (GPCCL/UEM), por meio do projeto “O desenvolvimento do Esporte/Lazer em Comunidades Quilombolas no Paraná (2008- 2009)”, procura avaliar a existência ou não de políticas públicas de esporte e lazer a partir da verificação da cultura local e o alcance dos projetos já existentes em comunidades quilombolas, evidenciando possibilidades de intervenção apropriada nestas localidades. O projeto, financiado pela Rede Cedes/Secretaria Nacional de Esporte e Lazer, do Ministério do Esporte, visa identificar carências e potencialidades para implantação ou aperfeiçoamento de políticas esportivas de lazer nas comunidades estudadas, em diferentes esferas de intervenção.

Partindo do mapeamento das comunidades quilombolas remanescentes, tradicionais e de indicativos de comunidades negras, foram iniciados os contatos com as Prefeituras em que se encontram os quilombos. A resposta às solicitações do Grupo e o aceite em integrar a pesquisa passam a dar os rumos iniciais para a seleção das comunidades pesquisadas e inserção dos pesquisadores em campo.

O desenvolvimento de uma primeira investigação com integrantes da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha auxiliou no entendimento de alguns aspectos da vida desses populares e do que tem ou não sido feito por eles e para eles no sentido da melhoria de sua condição existencial. Esse é, justamente, o objetivo do texto em questão: apresentar e discutir o quilombo paranaense Paiol de Telha a partir das categorias esporte, lazer, políticas públicas, educação e cultura, identificando como ele se organiza e se constitui como comunidade.

O Paiol de Telha é um quilombo remanescente, sendo o primeiro reconhecido pela Fundação Palmares, no Paraná, no ano de 2005. O contato direto com essa comunidade deu-se por meio de integrantes da Companhia de Música e Dança Afro Kundun Balê, que participavam da I Mostra de Danças Folclóricas e Etnias da UEM, ministrando oficinas e fazendo apresentações. O GPCCL participou das atividades desenvolvidas pela Companhia, complementando a coleta de dados com entrevista concedida por Orlando Silva – responsável pelo Kundun Balê – realizada em 27 de setembro de 2008, acrescida de informações disponibilizadas pela jornalista Cristina Esteche, co-responsável pelo Kundun Balê. As questões voltaram-se para a identificação da comunidade em seus aspectos gerais (história da formação do quilombo, localização geográfica, organização, trabalho e religião) e específicos (esporte, lazer, políticas públicas, cultura e educação), de modo que permitissem uma leitura detalhada de sua realidade.

Entende-se por comunidades quilombolas ou grupos remanescentes de quilombos determinadas comunidades de descendentes de escravos, formadas a partir de uma vasta diversidade de processos. Como esclarecem Schimitt, Turatti e Carvalho (2002), podemos compreender esses grupos como formados por fugas com ocupação de

terras livres, em sua maior parte, isoladas, assim como por herança, doação, recebimento de terra por serviço prestado ao Estado, simples permanência em terras que ocupam e cultivam numa dada propriedade.

O termo quilombo não possui mais o significado que apresentou historicamente, embora, ainda, remeta à resistência. É utilizado, nesse texto, para fazer menção às comunidades que congregam laços de convivência e coletividade a partir da etnia africana (embora nem sempre densamente caracterizada), tendo sofrido processo de exclusão e marginalidade ao longo da história. Tais comunidades sobreviveram ao tempo e a uma série de percalços, a exemplo da grilagem de terra, da falta de apoio do governo, da falta de condições de trabalho, da presença de imigrantes em terras quilombolas, expansão do agro negócio, entre outros.

Percebemos a urgência na realização de um amplo estudo das realidades quilombolas no Paraná como forma de auxiliar na melhor compreensão de seu cotidiano, identificando potencialidades e carências. Tais dados servirão de subsídio para novas interlocuções e possível intervenção na realidade desses grupos. Nesse momento, o Paiol de Telha representa as “primeiras vozes” emanadas dos quilombos para a pesquisa sobre o desenvolvimento do esporte/lazer. É apenas um início, mas essencial para a constituição das muitas trajetórias que se farão durante esse percurso investigativo.

## 2 Sobre as comunidades quilombolas

A história dos afro-descendentes, no Brasil, inicia-se no século XVI quando nativos africanos tiveram uma diáspora forçada para trabalhar como escravos no processo de colonização européia das Américas, sendo grande o contingente de africanos trazidos para o país. Em resposta à forte opressão que sofriam, os trabalhadores escravizados buscavam diferentes formas de resistência. Uma delas foi o aquilombamento, ou seja, a fuga de vários escravos para locais estratégicos e de difícil acesso, agrupando-se em comunidades denominadas quilombos. Estes se tornaram o símbolo da resistência negra contra a opressão colonial, pois, dentro das comunidades, os fugitivos saíam da condição de escravo oprimido para produtores livres, conforme padrões e regras de cada grupo.

Dentre os quilombos, o maior e mais resistente deles foi o Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, atual Estado de Alagoas, e teve como líder Zumbi dos Palmares, que travou uma batalha intensa contra a coroa portuguesa em defesa daquele povoado. Com o fim da escravidão, os quilombos não desapareceram, mas entraram num processo de invisibilidade social, que é refletida em nossa sociedade até os dias atuais. Recentemente é que ações estão sendo realizadas no sentido de mapeamento e reconhecimento das comunidades quilombolas, embora, ainda, precárias. Conforme dados do Governo Federal brasileiro, existem 743 comunidades quilombolas reconhecidas e identificadas pelo INCRA, e de 2003 a 2007, foram mapeadas 3.524 comunidades em 24 estados brasileiros<sup>1</sup>.

O período de reorganização política e econômica, no Brasil, mais especificamente de democratização, em fins da década de 1980, deu abertura para que

---

<sup>1</sup> Informações encontradas em BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Quilombos no Brasil. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/seppir/copy\\_of\\_acoes/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/). Acesso em: maio 2008.

vários grupos de luta reivindicassem seus direitos, o que levou a intensificar pressões em âmbito governamental que se traduziram, inclusive, em mudanças legais. A Constituição Federal, de 1988, traz em seu texto o direito à preservação da identidade cultural dos grupos remanescentes de quilombos e o direito às terras ocupadas por gerações que foram contrárias ao regime escravocrata, além do art. 215 que prevê que cabe ao Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. O art. 68 da Constituição entende que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”<sup>2</sup>.

Seguindo-se a esse parágrafo, alguns anos depois, emite-se um decreto federal que estabelece procedimentos para a titulação de terras. Esse decreto é o n. 4.887/2003 e “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Esse art. 68 tem o objetivo de assegurar os direitos constitucionais sobre a posse da terra de, aproximadamente, três mil comunidades remanescentes dos quilombos existentes no Brasil<sup>3</sup>.

O art. 2 do referido decreto assegura como remanescentes de quilombos os “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. As terras ocupadas por essas comunidades visam à garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

A demarcação das terras fica a critério da territorialidade indicada pelas comunidades e cabe ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a identificação, o reconhecimento, a delimitação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. Compete à SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) acompanhar as ações da regularização fundiária para garantir os direitos étnicos e territoriais promovidos pelo INCRA. Em relação à preservação da identidade cultural, cabe ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Palmares, vigiar essas ações<sup>4</sup>.

Primeiramente, o INCRA faz o trabalho de identificação, delimitação e levantamento ocupacional. Posteriormente, remete um relatório técnico aos devidos órgãos – IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); FUNAI (Fundação Nacional do Índio); SPU (Secretaria do Patrimônio da União); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional; e Fundação Cultural Palmares. Estes órgãos têm a função de avaliar o relatório emitido pelo INCRA e, em caso de aprovação, dá-se o procedimento para a identificação do território. O processo é finalizado quando o presidente do INCRA reconhece e declara os limites do território quilombola. A regularização fundiária se encerra com o registro de título no serviço registral da comarca em que o território

<sup>2</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: maio 2008.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm). Acesso em: maio 2008.

quilombola se encontra localizado, sendo que as terras não podem ser divididas, vendidas, loteadas, arrendadas e nem penhoradas<sup>5</sup>.

Apesar de existirem leis que assegurem a posse das terras aos quilombolas, o processo de reconhecimento é longo e burocrático, uma vez que elas foram concedidas, inicialmente, a seus donos – escravos ou ex-escravos – por meios informais. Em muitos casos, as comunidades já perderam grande parte de seus territórios para grileiros e latifundiários, vivendo em conflito e sofrendo ameaças.

A expropriação dos territórios quilombolas implica não apenas em questão jurídica de moradia, mas também em questão cultural/social, uma vez que, nessas comunidades, a base de seu modo de vida deveria estar na íntima relação com o cultivo da terra. A quebra desse processo implica em mudanças diretas no seu modo de vida e, conseqüentemente, na cultura local, uma vez que a terra passa a ser arrendada, em muitos casos, para a própria sobrevivência, haja vista a falta de recursos para seu uso apropriado e investimentos. As lutas que travam cotidianamente representam mecanismo de resistência a padrões culturais hegemônicos da sociedade, atentando para a necessidade de políticas que assegurem não só sua sobrevivência, mas seu direito a condições dignas de existência.

No Paraná, um exemplo do processo de resistência pode ser evidenciado a partir do trabalho da Companhia de Música e Dança Afro Kundun Balê, do Quilombo Paiol de Telha. A partir da arte, essa comunidade tem aumentado a auto-estima de jovens e revigorado o sentimento de luta dos adultos, movimentando a associação de moradores em torno de seus direitos sociais e da afirmação de sua identidade e memória. Embora ocorra à margem das políticas públicas de lazer, sem investimentos ou auxílio de qualquer setor, o trabalho torna-se referência para se pensar em programas esportivos e de lazer junto a essas comunidades quilombolas.

### 3 Esporte/lazer na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha

No sentido de estabelecer uma aproximação com os integrantes da Companhia de Música e Dança Kundun Balê, aproveitando, ao máximo, sua breve estada na cidade de Maringá, o GPCCL participou das atividades em que seus membros estariam envolvidos durante a I Mostra de Danças Folclóricas e Etnias da UEM. Iniciamos, então, a materialização de nosso contato por meio da oficina Dança Afro-brasileira, ministrada por Orlando Silva e por integrantes da comunidade Paiol de Telha.

A oficina pautou-se na gestualidade negra a partir de sequências de movimentos que iam se desencadeando, paulatinamente, à medida que eram experienciados pelos participantes. A posição tribal do corpo, valorizando o contato com o chão, permitia viver os sentimentos propostos pelo proponente, sobretudo o de luta, de força, de opulência. A gestualidade dos orixás aparece com Oxum, que se lava nos rios e se olha no espelho; com Iansã, que corta o ar e afasta eguns; e com Oxóssi, que caça na mata, numa mescla gestual, numa curiosa simbiose.

As reflexões sobre o trabalhado na oficina e sobre o papel da dança nas comunidades negras permitiu-nos aproximações com essa cultura e com o Kundun Balê. A experiência vivida pelos integrantes do GPCCL, de expressar-se corporalmente ao som dos atabaques e agogô, produzido ao vivo por crianças do grupo, possibilitou um

---

<sup>5</sup> Ibid.

aprendizado ímpar que contribuirá com o momento em que estarão em campo, junto às comunidades.

O espetáculo realizado pelo Kundun Balê no Teatro da UEM foi a expressão vivaz do que crianças e jovens da comunidade vêm fazendo no sentido de retrato, registro e revitalização da cultura negra. A mescla de elementos musicais, dançantes/cênicos, com oralidade teatral e ritualística, própria da vida desses artistas, realça a força desses pequenos/grandes lutadores.

Denominado Acorda Raça, o espetáculo contém nove coreografias, e cada uma delas traz elementos da história e da representação de rituais afro-brasileiros. Tem início com ritual que semeia axé, ou seja, que proporciona um tempo-espço favorável/acolhedor ao corpo que dança. Após, mostra a força negra na conquista de seus ideais, evoca senhores da floresta numa analogia com elementos do folclore brasileiro, como saci-pererê, caipora e boitatá. Traz a força das mulheres do Paiol (guerreiras nas comunidades), ritualizando a cerimônia da sexta-feira santa, que encomenda as almas. Traz, ainda, os orixás para o palco, em suas cores e formas próprias de dançar. Encena um ritual de nações nigerianas em que sábios guerreiros trocam a luta pela disputa na dança e, ainda, mostram a habilidade dos guerreiros malês. Finalizam o trabalho com letra e sonoridade que aguçam a auto-estima do povo negro e sua capacidade de realizar ações diversas.

Nesse trabalho, percebe-se a mescla de elementos africanos/afro-brasileiros com a religião cristã, incógnitas que, ora parecem crítica, ora representação cotidiana da vida da comunidade. Além dos orixás, elementos da capoeira e do maculelê estão presentes no espetáculo, mesclando-se à gestualidade cênica e à oralidade poética. As vestimentas e os objetos que utilizam não apenas fazem parte do cenário, mas estão presentes como parte da peça – a própria peça. Corpos de crianças, adolescentes e jovens misturam-se. São aplaudidos com louvação pelo público que assiste e que fica até o final da apresentação. Mexem com as pessoas a ponto de muitas se retirarem do recinto. Não era apenas o adiantado da hora. Provavelmente, era quebra de paradigmas.

A coleta de dados por meio de entrevista para verificação e reconhecimento de políticas de esporte e lazer em uma comunidade quilombola deu-se após o espetáculo, no alojamento em que os quilombolas estavam hospedados. Os integrantes do Kundun Balê são membros do quilombo Invernada Paiol de Telha, da cidade de Guarapuava, e os entrevistados, Orlando e Cristina, residentes na cidade e atuantes nessa comunidade.

Sabe-se, de acordo com Minayo (1999), que o discurso não é uma informação “transparente”, pois vem afetado por diferentes filtros e intencionalidades. Assim, houve cuidado na forma como foram considerados os informes, buscando apresentar apenas dados passíveis de comprovação e que não comprometessem os participantes da pesquisa. Diferentes recortes da coleta trazem indicações da dimensão material da ausência ou presença de políticas públicas na comunidade quilombola. Isso pressupõe o entendimento do termo política a partir de três tratamentos teóricos, como assegura Frey (2000, p. 217).

Em termos institucionais, política refere-se à ordem do sistema político, “delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo”. Na dimensão processual, política significa o processo político, “freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição”. Por fim, na dimensão material, “política refere-se aos conteúdos concretos”, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. Nesse texto, utilizaremos o termo política a partir de sua dimensão material, sendo esse conceito

entendido como diretriz do que se quer e dos meios necessários para se alcançar tais objetivos e metas.

A materialidade da política começa com as mazelas do passado, quando ou não havia política setorial ou ela se caracterizava como funcionalista, visando manter o status quo. Conforme informações de Orlando, alguns escravos de confiança haviam obtido terras como herança, sendo alguns enganados (visto não serem escolarizados) e outros perseguidos pela força policial da época. Em relação à luta pela terra, é notória a discriminação contra o negro e a articulação da classe dominante para manter os escravos em estágios de submissão e exclusão: “E ali começaram a tomar a terra deles [...] os negros que herdaram as terras. Eles não tinham noção do que era aquilo. Começaram a falsificar assinaturas e tudo mais e por fim acabaram tirando eles da terra, esses escravos”<sup>6</sup>.

A violência contra comunidades quilombolas dá-se por estratégias diversas de intimidação (AMORIM, 2002). Com o quilombo Paiol de Telha, no Paraná, a situação não é diferente, sendo vítima de ações intimidatórias que buscam assegurar, pela força, outros modos de dominação. Como relata Orlando, desde os anos 1940-1945, a comunidade vem sofrendo ataques das pessoas daquela região: “Foram lá e grilaram as terras, começaram a ameaçar as famílias, queimar as casas, estuprar as mulheres, queimar a criação, jogar veneno no plantio das pessoas lá, falsificar assinatura [...]”<sup>7</sup>.

Com uso da violência, esclarece Orlando, os descendentes de escravos são retirados de suas terras, retornando a ocupá-las com a informação de que somente poderiam tê-las, novamente, estando nelas inseridos. Assim, hoje os quilombolas do Paiol de Telha encontram-se espalhados em três facções: barranco (terra ocupada pelos moradores mais antigos, atualmente, parte das terras da Companhia Agrária); fazenda (terras em que os quilombolas foram assentados, reconhecido como quilombo Paiol de Telha); e cidade (meio urbano em que os quilombolas estão espalhados na tentativa de sobreviverem).

Como informa Orlando, o barranco é onde ficam as terras de origem dos negros escravos e que hoje é reserva do Iguaçu. Como os quilombolas reivindicavam constantemente suas terras, o Governo do Estado assentou-os como sem terra para que eles se desmobilizassem. Entretanto, nem todos ocuparam essa fazenda. Os moradores mais antigos do quilombo permaneceram no barranco no sentido de continuarem a luta por suas terras. Sintetizando, no barranco ficou a associação Deodoro (um dos escravos que recebeu a doação de terras de Dona Balbina, proprietária dessas terras), na fazenda, o Paiol de Telha e, na cidade, os quilombolas que se deslocaram para estudo e trabalho.

Com a associação das terras do barranco à reserva do Iguaçu, o problema do direito à terra é ampliado, também, para a dimensão ambiental. A esse respeito, há uma crítica recorrente ao modo como o Brasil organiza a proteção do meio ambiente natural, pois a criação dos locais de proteção acabou gerando uma mentalidade de que esses locais são santuários, excluindo a população autóctone que vivia com e dessa natureza. Diegues (1996) denomina essa visão, resultante da importação equivocada de modelos de proteção ambiental, de mito da natureza intocada, pois cria uma separação entre natureza e cultura.

A luta se arrasta desde 1934, afirma Orlando. Mesmo sendo o Paiol de Telha reconhecido, é o quilombo que menos tem benefícios, em especial, porque eles não estão

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada com SILVA, Orlando. Companhia de Dança Afro Kundun Balê Paiol de Telha. Maringá, 27. ago. 2008.

<sup>7</sup> Ibid.

na terra de origem. Assim, “[...] fica muito difícil desenvolver projetos, de você levar as coisas prá lá, porque a terra não é deles, porque a terra desses quilombolas é lá em reserva de Iguaçu e ela está ocupada pela Cooperativa Agrária”<sup>8</sup>.

Há grande dificuldade dos membros do quilombo sobreviverem da terra. Como salienta Orlando, eles não possuem aptidão para o trabalho rural, sendo que todos exerciam ofícios na cidade como marceneiros, pintores e mestres de obras. A inaptidão para o trabalho rural, somada à falta de incentivos do governo, levou muitas famílias a arrendar ou a vender suas terras para os colonos alemães, que são seus vizinhos. Das 63 famílias localizadas na fazenda, que era o quilombo, hoje são apenas 12. As famílias arrendaram suas terras e foram para a cidade ou para Santa Catarina trabalhar em subempregos, como doméstica, servente e babá.

Havia, pois, para a realidade das comunidades quilombolas, um quadro desfavorável nas políticas públicas, que parece reverter-se lentamente, não sem sofrer múltiplas ofensivas. A isso, soma-se que, conforme relatado, a comunidade não possui posto de saúde, telefonia, escola ou sistema de transporte regular.

Não tem escola ali dentro. Existe um barracão ali que é a sede de tudo, que ali é tudo; o médico vai duas vezes por semana. Visita lá né [...]. Ou então eles têm que ir lá no postinho da colônia. Imagine como que eles são tratados, como eles fazem, porque essa luta é explícita prá eles, sabe<sup>9</sup>.

A comunidade construiu um barracão improvisado numa antiga estrebaria, de onde tenta aglutinar algumas iniciativas, como atendimento médico e cursos do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná). O atendimento daquilo que não é oferecido é buscado na cidade, na colônia alemã ou na cooperativa (com quem disputam juridicamente pelo direito à posse da terra de origem). Os quilombolas foram assentados como sem-terra numa fazenda, mas não receberam orientação técnica. Como já não mais possuíam tradição agrícola, muitos abandonaram a atividade enquanto outros fracassaram porque não conseguiram vender a produção.

Tem-se aqui um ciclo vicioso de falta de estrutura e falta de qualificação que afeta a geração de renda dessa comunidade e acentua sua deficiência estrutural:

Não conseguem sobreviver da terra porque eles têm uma área muito grande, cada família, mas eles não têm aptidão prá terra, porque todos eles ou eram pintores, marceneiros, mestre de obra ... nunca trabalharam na terra. Aí ganharam a terra, mas não deram incentivo nenhum prá eles. Quem tá arrendando as terras deles pra poder plantar são os alemães. [...] então, perde-se muito curso porque não se tem condições, entendeu? A gente conseguiu levar o curso de derivado de leite, mas não tinha o frizer [...].<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Entrevista realizada com SILVA, Orlando. Companhia de Dança Afro Kundun Balê Paiol de Telha. Maringá, 27. ago. 2008.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.

Além da falta de estrutura e qualificação, o alcoolismo, principalmente entre os homens, é um dos grandes entraves na comunidade. As mulheres, além de lidarem com esse problema, acabam se responsabilizando fortemente pela geração de renda de sua família. Nenhuma política de erradicação desse problema foi realizada junto ao quilombo, nem, tampouco, outra que contribuísse para a melhoria de sua condição existencial. Não há posto de saúde ou médico que atenda o quilombo, no local de prontidão. Para tudo é necessário deslocamento de quilômetros.

O quilombo recebe forte influência das igrejas evangélicas e católica. Como explica Orlando, “a igreja católica montou um monumento dum lado né; a igreja evangélica montou um monumento do outro lado”<sup>11</sup>. Destaca a quantidade de denominações evangélicas dentro do quilombo e a inexistência de religiões de matriz africana. Ainda, ressalta que tanto católicos quanto evangélicos criticam o trabalho do grupo de dança. Em muitos casos, são as famílias dos integrantes do Kundun Balê que exercem pressão sob influência de algum pastor, referindo-se ao grupo como algo que “não é coisa de Deus”, opondo-se à participação de seus filhos.

Em relação à realização de práticas corporais negras, antes do Kundun Balê não existia nenhuma iniciativa voltada para o desenvolvimento dessa cultura e suas tradições na comunidade do Paiol. O karatê estava presente, inclusive com a realização de testes. Como lembra Orlando: “eu fiquei meio indignado assim, fiquei meio, fiquei meio ruim, assim; falei pô, eu sei tanta coisa de ir lá e dar uma contribuída legal com a moçada; tudo fazendo karatê, nada a ver com cultura dos, com o quilombo [...]”<sup>12</sup>. Além disso, existia, embora não com frequência, o futebol, realizado de modo informal por homens e mulheres.

A primeira tentativa para reverter o problema da ausência na cultura negra no próprio quilombo deu-se com a criação do Kundun Balê. A oportunidade do Paiol de Telha participar de um concurso promovido pela Prefeitura de Guarapuava, em 2005, foi decisiva para o nascimento da Companhia, já que, naquela ocasião, era necessário escolher uma menina para representar a comunidade que, por sua vez, foi eleita “rainha dos produtores rurais”. A composição de dança, organizada por Orlando e por membros da comunidade, foi vencedora do concurso na cidade, sendo aquele dia motivo de festa no Paiol.

A formação da Companhia mudou profundamente a história de muitas crianças e adolescentes, influenciando, também, sua relação com a comunidade e com a família. Passaram a se preocupar com higiene, necessária à convivência social, e com a valorização da natureza, sobretudo pelo elo com os orixás. Além disso, a participação no grupo de dança exige estudo, investigação e compromisso com a escola.

Observa-se que a questão da educação formal para os quilombolas tem sua condição agravada por fatores como a falta de políticas de incentivo para que a comunidade estude. Não há escola dentro do quilombo e o local mais próximo para as crianças e adolescentes estudarem fica a sete quilômetros, na comunidade alemã. Por serem quilombolas, eles ainda sofrem com preconceitos daqueles que vivem outra realidade. De acordo com Orlando, “essas crianças aqui tem que estudar no colégio dos caras que expulsaram os bisavós deles da terra”<sup>13</sup>. Tinham que aprender a língua alemã e se submeter aos costumes de outra cultura em detrimento da própria.

---

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> Ibid.

Outro grande problema relacionado à educação dos quilombolas é a questão do transporte. Existe apenas um ônibus que os leva até Guarapuava, e faz o percurso, apenas, às segundas, quartas e sextas-feiras, em dois horários. O problema do ônibus procurou ser solucionado junto à prefeitura, mas eles alegam que este é caso de responsabilidade do Governo do Estado que, por sua vez, alega a mesma coisa, dizendo que este é de responsabilidade do município. Com isso, os quilombolas sofrem, embora haja muito esforço para que o estudo seja prioridade.

Todos os participantes do Kundun Balê estudam, afirma Orlando, sendo que seis deles são universitários. Eles revezam entre as tarefas escolares/universitárias e as atividades do grupo. Os dançarinos demonstram amplo conhecimento acerca da cultura afro, decorrente, entre outros aspectos, da própria participação na Companhia, uma vez que, para preparar as coreografias, todos têm que pesquisar. Este fato, segundo Orlando, capacita os participantes a palestrarem a respeito de qualquer assunto relacionado à cultura afro, tanto que alguns deles já desenvolveram oficinas no contraturno escolar com o objetivo de levar a cultura negra para dentro das escolas.

Conforme nosso informante, o Kundun Balê contribui e muito para que uma nova história seja construída por seus integrantes, sobretudo na questão da sexualidade, de modo que as adolescentes deixem de se envolver sexualmente de forma precoce e evitem gravidez indesejada. Afirma que muitos adolescentes do Paiol “gostam de ir prá baladas”. Moram no mato, mas gostam da vida urbana, embora não saibam como viver e conviver na cidade. E afirma: “Eles são muito ingênuos para a cidade; daí são presas fáceis, né. Nas baladas, à noite né, aí é prostituição, aí é gravidez, aí é tudo que você imagina”. Tais falas reforçam a idéia de que o Kundun Balê, além da contribuição em termos de valorização e ressignificação da cultura negra, de sua gestualidade e musicalidade, atua de modo significativo na formação humana, discutindo valores, potencializando experiências no mundo dos brancos (até para sobreviverem a suas imposições), atuando como elemento de luta do quilombo.

O Kundun Balê caracteriza-se por ser uma Companhia que, hoje, difunde-se apresentando e mostrando seu trabalho artístico-cultural. Utiliza-se da cultura massiva a seu favor, fazendo dela seu instrumento de luta. Isso pode ser observado nas falas que enaltecem o fato do grupo ter virado parte de matéria jornalística, de iniciar um documentário nacional para a TV Educativa, de difundir seu trabalho em cursos, palestras e oficinas pelo Brasil. Tal fato retrata bem o que Santos (2005) explica ao falar de uma revanche, na atualidade, da cultura popular sobre a cultura de massa, quando o popular se utiliza dos mecanismos massivos em benefício próprio.

Nesse contexto, por que tratar de políticas esportivas de lazer para e com esses grupos? Não necessitariam eles da garantia de outros direitos primeiramente? Daí resulta a preocupação, na produção acadêmica, com questionamentos a uma visão hierárquica das necessidades, como se o lazer só pudesse ser atendido pelas políticas, depois que outras necessidades mais importantes fossem satisfeitas.

A esse respeito, Gutierrez (2001) problematiza o quanto setores como saúde e segurança são potencializados quando há uma política de lazer articulada ao contexto das políticas sociais. Marcellino (2008) aprofunda, trazendo as diferentes reivindicações por lazer, oriundas de bairros considerados carentes. Ora, essas pessoas não possuem emprego, saneamento ou educação em níveis satisfatórios, mas, mesmo assim, pautam o lazer entre suas reivindicações. O lazer, de fato, situa-se como um direito inalienável para todas as gerações, desde crianças a idosos, garantido pela Constituição Brasileira, por se tratar de uma necessidade que não se pode adiar e, também, porque a satisfação

de outras demandas acaba passando pelo acesso às artes, ao esporte e aos demais lazeres.

Esse axioma é corroborado na realidade do trabalho voluntário desenvolvido junto aos adolescentes e crianças do Paiol de Telha. O projeto com música e dança, tematizando a cultura afro-descendente, vem obtendo efeitos para além do enriquecimento gestual e cultural dos participantes. A vivência e convivência com esse projeto permitiu-lhes resgatar auto-estima e valorizar as características culturais de sua origem. Ademais, com o Kundun-balê, foram desencadeadas outras iniciativas, afetando, também, mães das crianças e adolescentes do grupo, as quais deflagraram ações na associação de moradores, como horta comunitária, telecentro e luta pela garantia de acesso e permanência dos estudantes quilombolas na universidade.

Atualmente, os problemas pontuais mais recorrentes no Paiol de Telha são: dificuldade de acesso à educação, gravidez precoce, alcoolismo e geração de renda. A carência no campo do lazer não passa desarticulada desses problemas. A comunidade possui como opções os lazeres na cidade, o futebol (pelada) e, especialmente, para a juventude e infância, as atividades lúdicas que são possíveis de ser feitas em contato com a natureza, já que suas terras abrigam área verde e cachoeiras. Interessante observar que, não obstante os problemas, é viável o estabelecimento de programas de esporte/lazer nessa comunidade, envolvendo a participação comunitária e atacando suas dificuldades setoriais no lazer, com repercussões noutras esferas.

#### 4 Considerações finais

O estudo que nos propusemos a realizar buscou, diretamente, a identificação da vida social do quilombo Invernada Paiol de Telha por meio da caracterização de sua organização, educação, cultura e políticas públicas de esporte e lazer. Tal materialização representa, apenas, o início de uma série de investigações a ser realizadas nos quilombos paranaenses, identificando carências e apontando para necessidades de intervenção.

As políticas públicas perpassam a garantia de sobrevivência humana. Delas, emanam as leis que protegem e estimulam os modos de se produzir a vida, voltadas às necessidades de brancos/ricos/proprietários e, portanto, dos inseridos e aceitos socialmente. A partir daí, a cultura dos quilombolas, dos negros, situa-se à margem/excluída do padrão cultural, social e econômico. Suas políticas, portanto, também para sobrevivência, não atendem aos requisitos elitizadores, sendo, discriminadas.

Nesse sentido, evidencia-se a luta política da comunidade para sobreviver. Tal movimento ocorre pelo fato único que há um valor maior do que a força de trabalho dessa comunidade, que se lança na concorrência pela sobrevivência, oferecendo, como todos já fazem, o seu trabalho em troca de um salário. Essa ocupação, chamada de “trabalho”, é manifestada pelo subemprego, emprego informal ou, ainda, emprego precário, e que não dá conta de satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência desses sujeitos ou de sujeito algum, nessas condições. Então, lança-se um recurso “atômico”: põe-se à troca a cultura própria dos quilombolas.

Assim, a cultura popular se ressignifica por intermédio do seu resgate e se transforma em cultura que se pretende “massificar” pela própria criação de um grupo de danças centrado no agrado popular para poder vender sua luta política. A cultura própria (vivência da cultura para si, sem finalidade instrumental), perde seu fim e transforma-se num meio para engendrar os mecanismos políticos, ou seja, para entrar na esfera das

políticas públicas que satisfaçam as necessidades das comunidades quilombolas. Evidencia-se, portanto, a ressignificação da cultura popular/própria para se inserir nas políticas públicas.

Nessas relações, estão o lazer, o esporte e outras compreensões das manifestações corporais durante o tempo de não trabalho, que são demonstrados por um entendimento voltado à mercadorização do tempo livre. O lazer assume o papel de mercadoria a ser consumida, uma vez que o próprio lazer praticado pela comunidade, por vezes, não é reconhecido como tal. Isso demonstra, sem que se apercebam disso, o desejo de praticar o lazer dos brancos, do urbano, expresso, desde o início da juventude, em frequentar “baladas” ao invés da dança dos orixás praticamente desconhecidas por eles. Tais danças, organizadas e geradas por meio do Kundun Balê (restritas aos integrantes do grupo), atendem não somente ao desejo de realizar manifestações corporais, culturais e artísticas, mas são apropriadas pela questão fundamental atual, que é a luta pela melhoria das condições de vida e visualização/reconhecimento social.

A sobrevivência atinge, ainda, outros níveis, como a mobilização popular para melhoria das condições de segurança (moradia, espaços comunitários e outros), transporte escolar, a luta no campo do direito, a posse e recuperação das terras (ocorrida no plano jurídico) e, ainda, questões voltadas ao reconhecimento e valorização do gênero feminino, à discriminação racial e de classe, à resolução dos conflitos internos na identificação dos padrões de valores e, também, ao confronto das relações sociais no âmbito urbano-comunidades.

## 5 Referências

- AMORIM, Cleyde Rodrigues. Kalunga: a construção da diferença. Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, USP, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: maio 2008.
- BRASIL. Decreto n. 4.887 de 20 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm). Acesso em: maio 2008.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Quilombos no Brasil. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/seppir/copy\\_of\\_acoes/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/). Acesso em: maio 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas. Brasília-DF. p. 211-259, n. 21, jun. 2000.
- GUTIERREZ, Gustavo L. Lazer e prazer. Campinas: Autores associados, 2001.
- MARCELLINO, Nelson C. Lazer e humanização. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- MINAYO, Maria C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHIMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília M.; CARVALHO, Maria Celina de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e territórios nas definições teóricas. In: Ambiente e Sociedade, n. 10. Campinas, jan. /jun.2002.

SILVA, Orlando. Entrevista. Companhia de Música e Dança Afro Kundun Balê Paiol de Telha. Maringá, 27. ago. 2008.

DEF/UEM/CNPq/Rede Cedes/ Ministério do Esporte.

Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade – DEF/UEM

Líder: Larissa Michelle Lara

R. Fluminense, 2811, Vila Marumbi

CEP 87005-200- Maringá-PR

E-mail: laramlara@hotmail.com

GTT: Corpo e cultura

Apresentação: comunicação oral

Recurso tecnológico: datashow